



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Nayara Nantes Duarte

**A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: A RELAÇÃO
ENTRE O MST E OS GOVERNOS FHC E LULA.**

Brasília, 2017

Nayara Nantes Duarte

**A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: A RELAÇÃO ENTRE
O MST E OS GOVERNOS FHC E LULA.**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharela em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Orientador: D.R. Paulo Afonso
Francisco de Carvalho.

Brasília, 2017

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: A RELAÇÃO ENTRE O MST E OS GOVERNOS FHC E LULA.

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharela em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Professor D.R Paulo Afonso Francisco de Carvalho
Universidade de Brasília

Professor D.R Carlos Marcos Batista
Universidade de Brasília

Brasília, 2017

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todas que lutaram e lutam diariamente para viver em comunhão com a terra. E aos que perderam a vida resistindo ao sistema.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmão, Marcilei, Nilo e Luiz Eduardo, por terem caminhado e partilhado comigo essa jornada que nem sempre foi fácil, mas que juntos se tornou mais agradável.

Ao Gustavo, pelos puxões de orelha, incentivo e conselhos acadêmicos, sem você eu não teria chegado até aqui. A Tânia, Fernando e Elisa, por sempre me receberem com carinho e cuidado.

A minha madrinha, Abadia, por ser um dos meus grandes exemplos de mulher. Ao meu tio, José, por todo o apoio nos momentos difíceis. Aos meus avós, Celeida e Marciano, que me inspiraram.

E claro, ao meu orientador, professor Paulo Afonso que se mostrou receptivo a minhas ideias, sempre paciente e me apoiando. Ao professor Filipe Corrêa pelos conselhos e contatos.

E por fim, não poderia deixar de agradecer a UnB por ter me proporcionado os melhores - e mais transformadores - anos da minha vida, conhecendo pessoas incríveis ao longo do caminho. As colegas, que mostraram que a luta mora nas pequenas coisas do dia a dia e que o caminho é a resistência, o meu muito obrigada.

LISTA DE SIGLAS

CEB- Comunidades Eclesiais de Base

CPT- Comissão Pastoral da Terra

FHC- Fernando Henrique Cardoso

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística

II PNRA - Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

PCT - Projeto Cédula da Terra

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONAF - Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

UDR - União Democrática Ruralista

RESUMO

O intuito deste trabalho é estudar as relações entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e os Governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, a partir de uma análise de fatos históricos e políticas voltadas à agricultura, mostrando os avanços e retrocessos de cada período.

Palavras Chaves: MST. FHC. LULA. QUESTÃO AGRÁRIA. AGRICULTURA. SEM TERRA. HISTÓRICO.

ABSTRACT

The aim of this work is to study the relation between the Landless Workers Movement - MST - and the governments FHC and Lula, based on an analysis of historical and political facts related to agriculture, showing the advances and setbacks of each period.

Keywords: MST. FHC. LULA. AGRARIAN ISSUE. AGRICULTURE. LANDLESS. HISTORIC.

RESUMEN

La intención de este trabajo es estudiar las relaciones entre el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y los gobiernos Fernando Henrique Cardoso y Luis Inácio Lula da Silva, a partir de un análisis de hechos históricos y políticas volcadas a la agricultura, mostrando los avances y retrocesos cada período.

Palavras Clave: MST. FHC. LULA. CUESTIÓN AGRARIA. AGRICULTURA. SIN TIERRA. HISTÓRICO.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	HISTÓRICO.....	9
2.1	CONTEXTO.....	9
2.2	FORMAÇÃO.....	10
2.2.1	LIGAS CAMPONESAS.....	11
2.2.2.	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.....	11
2.2.3	MST.....	12
2.3	OBJETIVOS.....	13
3	O MST E OS GOVERNOS BRASILEIROS.....	15
4	PERÍODO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002).....	17
5	PERÍODO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010).....	Erro!
	Indicador não definido.	
6	CONCLUSÃO.....	31
	BIBLIOGRAFIA.....	34

1 - INTRODUÇÃO

Libertar-se é ir além, é lutar por seus direitos e por justiça, é resistir. E sobre isso os movimentos rurais entendem bem. Excluídos das maiorias das políticas públicas desde a criação de direitos trabalhistas e previdenciários, a luz e água encanada, os trabalhadores rurais têm sua luta diária agravada pela exclusão política.

Em 1985 é fundado o primeiro movimento sindical voltado a luta campesina: o MST. É nesse momento que tem início um posicionamento mais ativo e operante da área rural, ocupações de terra e pressão por maior atenção a questão agrária passam a ser frequentes no Brasil.

O movimento foi se consolidando e é no governo de Fernando Henrique Cardoso que pode ser visto um maior espaço para essas vozes antes silenciadas. E no governo de Lula essa camada da sociedade vê a oportunidade de participar ativamente da criação de políticas como é o caso da elaboração do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária.

Para entender os acontecimento principais de ambas as gestões no presente trabalho será utilizado o método de pesquisa descritiva e bibliográfica, buscando por meio de livros e trabalhos já publicados agrupar fatos históricos suficientes para analisar a relação política em foco.

JUSTIFICATIVA

O tema foi escolhido para suscitar o debate relacionando aos movimentos sociais e a ciência política, que é uma lacuna existente na área hoje. Além disso, a pesquisa também busca levantar o debate a cerca da relação entre o MST e os presidentes brasileiros, tema a muito negligenciado.

Os estudos hoje existentes focam nos assentamentos e suas estruturas, na reforma agrária e suas justificativas, no movimento social e sua importância de forma isolada, mas pouco se vê do MST como agente político, como negociador de políticas junto ao Executivo, e de como suas ações refletem em medidas do governo.

A questão principal aqui é a relação que o MST mantém com o poder político brasileiro. A relação do movimento com o governo de Lula foi melhor - e diferente - do que com o de FHC? Houve maiores ganhos e menos repressão? Lula apresentou as mudanças que prometia? Houve um rompimento ou apenas continuação de políticas anteriores?

Para responder essa questão irei primeiro apresentar um breve histórico do movimento, suas origens e objetivos; depois apresentarei o que foi a relação com o FHC e com o Lula e todos os acontecimentos que permearam os mandatos, e por fim, haverá uma conclusão de como esses fatos podem ser interpretados.

2 - HISTÓRICO

A luta pela terra no Brasil não é algo novo ou mesmo moderno, a busca do povo por seu espaço vem desde o Brasil colônia. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra traz de volta essa herança histórico-cultural, com uma linha de ação descendente de movimentos como os Manaós, Quilombo dos Palmares, Canudos, Contestado, Cangaço e as Ligas Camponesas, sendo esta última ligada à origem do MST, considerado seguidor e herdeiro histórico do movimento extinto durante a ditadura.

Um dos pontos diferenciadores desses movimentos é que o MST não se limitou a fronteiras estaduais, nem regionais, se expandindo por todo o território, ao contrário de Canudos e das Ligas Camponesas que se restringiram a Bahia e a região de Pernambuco, respectivamente. Outra característica inovadora é a inserção, no discurso, do governo como oponente e não só o grande proprietário. (COMPARATO, 2001)

2.1 - CONTEXTO

O MST teve seu surgimento como resposta as mudanças que passaram a ocorrer no campo por volta de 1970, nas quais os pequenos produtores estavam perdendo suas terras por conta da onda de modernização agrícola, ou modernização conservadora, que ocorria, principalmente, no Sul do país. (MEDEIROS, 2014)

A modernização da área rural era baseada na mecanização da agricultura, com fortes tendências capitalistas. Essas transformações modernizaram o campo, mas mantiveram ou mesmo aumentaram a concentração fundiária e a desigualdade social, como pode ser visto nos dados do INCRA, apresentados por Oliveira:

(...) entre 1967 e 1978 os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha. Cabe destacar também que, como o número total das grandes propriedades praticamente não se alterou, a área ocupada por elas cresceu quase 20%, tornando mais concentrada a propriedade da terra no Brasil, passando o índice de Gini de 0,836 para 0,854. (OLIVEIRA, 2005, p. 158)

Antes desse período a agricultura brasileira era fortemente baseada no trabalho manual, o que mudou drasticamente com a mecanização, diminuindo

os postos de trabalho e obrigando muitas famílias a procurarem novas oportunidades com a migração para locais como Rondônia, Pará e Mato Grosso; ou para áreas industrializadas.

Os que optavam por continuar no campo sofriam com a mudança de região, já que estavam adaptados à produção de grãos no Sul, já no Norte havia um incentivo a pecuária. O real objetivo do governo em relação a essa onda de migração era utilizar essa mão de obra que havia se tornado obsoleta, na extração de madeira e no garimpo.

Quem buscava as áreas urbanas também não tinha sucesso, pois o Brasil começava a dar sinais de crise industrial e fim do seu "milagre" ¹. Essas situações acabaram impondo aos camponeses uma terceira opção a de ficar em suas regiões, resistir e lutar pela terra e por uma vida digna. É desses remanescentes do êxodo rural que emerge o MST. (STEDILE E FERNANDES, 1999)

Além disso, havia um quadro de fim da ditadura militar combinado a uma mobilização social crescente nas áreas urbanas e rurais: nas grandes cidades com os sindicatos e a CUT na linha de frente; no campo com a Comissão Pastoral da Terra. Cada qual com sua estrutura organizacional e estratégias distintas, mas com o discurso em prol dos direitos dos trabalhadores em comum. (FERNANDES, 2010)

2.2 FORMAÇÃO

Ao falar da formação do MST é necessário dedicar um momento a construção dos movimentos que deram origem a ele, dentre eles as Ligas Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra.

¹ " O período 1968-1973 é conhecido como 'milagre' econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.)" (GIAMBIAGI; VELOSO; VILLELA. 2008)

2.2.1 LIGAS CAMPONESAS

A questão agrária no Brasil começou a ter uma nova abordagem e ação nos anos de 1940 com a formação das Ligas Camponesas que trouxeram um cunho político mais forte a luta campesina e a suas demandas. O movimento conseguiu a simpatia não só do meio rural, como, também, do meio urbano, intelectual e de esquerda. Tendo Francisco Julião como um de seus líderes mais marcantes e autor de uma das frases que marcou a radicalização do movimento: "Reforma Agrária na Lei ou na marra". (SANTOS, 2005)

As Ligas, concentradas na região de Pernambuco, tiveram um papel importante em chamar a atenção do Brasil e do mundo para as questões do campo brasileiro, elas buscavam dar assistência jurídica aos associados - foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários - para resolver seus conflitos pelas vias legais, além de exercerem pressão nos poderes públicos por meio de memoriais endereçados aos membros do legislativo e judiciário. (CAMARGO)

Havia também uma assistência farmacêutica e na produção e comercialização dos produtos dos associados, que eram basicamente o excedente da agricultura de subsistência. É importante ressaltar que as Ligas não tinham um discurso de colaboração com o Estado.

As Ligas foram extintas após o Golpe de 1964, porém suas reivindicações permaneceram vivas e fomentaram outros movimentos posteriores.

2.2.2. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Com a forte, violenta e crescente perseguição aos movimentos campesinos no período pós-Golpe, tanto por parte do governo, quanto por parte de fazendeiros que se utilizavam de pequenos exércitos particulares para expulsar pequenos agricultores; a igreja católica quebra seu silêncio e entra no debate atuando em favor dos camponeses - até então a instituição não havia defendido o tema da reforma agrária.

É também no início da década de 1960 que começam a surgir as CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, que defendiam o princípio da Teologia da Libertação, abrindo espaço para questões como o anticapitalismo e a perspectiva do oprimido. Já em 1975 surgem as Comissões Pastorais da Terra, ou CPTs, ligadas a Teologia da Libertação prestavam assistência nas áreas rurais durante a ditadura militar, segundo Morissawa:

Na luta pela terra, o Livro do Êxodo tem sido suporte para estudos e reflexões sobre a condição em que vivem os trabalhadores rurais. A CPT foi importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares, e permanece sendo espaço central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra. Essa postura foi resultado de decisões tomadas pela Igreja após o Concílio Vaticano II (1965) e reforçada pela II e III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (Colômbia, 1968, e Puebla, México, 1979, respectivamente) (MORISSAWA, 2008, pp. 105)

É aqui que há a percepção da necessidade de uma unidade nacional em relação à luta pela terra, saindo do foco no sul do país e partindo a outras regiões como o Norte e Nordeste.

2.2.3 MST

E é nesse contexto de mudanças no campo e na sociedade brasileira que o MST surge, criado, formalmente, em 1984 - depois de um período de gestação de quatro anos - durante a realização do Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, Paraná, como uma forma de resistência e luta.

É também no Sul do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, que começam a ocorrer às ocupações, um dos mecanismos de pressão mais tradicionais e simbólicos do MST. Essas ações passam a se popularizar espalhando-se ao longo da região sul e sudeste do país.

Uma das estratégias para que as negociações ocorram mais facilmente, além de manter uma visão positiva do movimento, é a busca pela ocupação de terras improdutivas, o que os amparam legalmente, já que as terras seriam

passíveis de desapropriação por não cumprirem sua função social e por função social se entende, por definição da Constituição Federal, Artigo 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

2.3 OBJETIVOS

Desde que foi fundado o MST têm sua luta voltada a terra, a Reforma Agrária e a busca por uma sociedade justa e fraterna, seguindo o lema "Ocupar, resistir e produzir". Os objetivos formais são expressos em documentos que são definidos em Congressos que ocorrem a cada cinco anos. Mas nem só de assuntos voltados exclusivamente ao campo vive o movimento, elas/eles também reivindicam ao lado de outros movimentos sociais, buscando, por exemplo, o financiamento público de campanhas e a reforma eleitoral.

Outro ponto forte é a busca pelo fim da violência de gênero, mesmo que tradicionalmente o campo seja um lugar de estrutura patriarcal extremamente forte e arraigada, o MST levanta a bandeira da igualdade, apoiando organizações das mulheres trabalhadoras rurais. Tudo isso relacionado a uma transformação social estrutural.

Por fim, no que tange a pauta do movimento, pode-se dizer que a busca constante é por uma transformação drástica nas estruturas injustas da sociedade que aumentam o abismo existente entre os mais pobres e excluem uma grande parcela do povo brasileiro do progresso.

Nos próximos capítulos será possível ver de forma mais tangível se foi ou não alcançado o que almejavam os líderes do movimento no que corresponde à relação com os governantes.

3 - O MST E OS GOVERNOS BRASILEIROS

Antes de iniciar a análise dessa relação, é interessante enxergar os fatos em ordem cronológica para entender um pouco melhor desse relacionamento.

QUADRO 1 - Principais datas e acontecimentos relacionados ao MST em ordem cronológica durante os mandatos de FHC e Lula

DATA	ACONTECIMENTO
2/2/1993	Primeiro encontro entre o MST e um presidente da República
01/01/1995	Início do Mandato do Fernando Henrique Cardoso
9/08/1995	Massacre de Corumbiara/RO
17/04/1996	Massacre de Eldorado dos Carajás/PA
29/06/1996	Criação do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
17/02/1997 a 17/04/1997	Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça
Dezembro/1997 A	Programa da Cédula da Terra
dezembro/2002 26/08/1999	Marcha dos Cem Mil
25/11/1999	Criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário
3/05/2000	Ocupações em prédios públicos em 14 capitais e reação do governo
07/08/2000 a 11/08/2000	4º Congresso Nacional do MST, em Brasília/DF
01/01/2003	Início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva
09/04/2003	Programa FOME ZERO
02/07/2003	Lula recebe delegação no Palácio do Planalto
30/09/2003	CPMI da Terra
Novembro/2003	Apresentação do II Plano Nacional de Reforma Agrária
25/11/2003	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

01/04/2004 a 30/04/2004	Jornada de Luta do MST
20/11/2004	Massacre de Felisburgo/MG
17/05/2005	Marcha Nacional pela Reforma Agrária
24/07/2006	Lei que define a Agricultura Familiar
16/06/2009	Programa Nacional de Alimentação Escolar
11/01/2010	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER

FONTE: A autora (2017)

Como pode ser visto no quadro cronológico, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra só foi recebido como interlocutor por um presidente no governo Itamar Franco, nove anos depois de sua fundação. O encontro ocorreu por intermédio do Walter Barelli² a época Ministro do Trabalho do governo. Sobre Barelli é importante para este estudo ressaltar que ele era vinculado tanto a CUT quanto ao PT. Vemos, então, novamente, a participação do Partido dos Trabalhadores nessa relação MST e Governo, por meio de membros do partidos.

O governo Itamar Franco recebeu o MST diversas vezes, tanto como Movimento, como em conjunto com outras organizações, já seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso chegou a recebê-los cinco vezes durante sua gestão: a primeira vez em julho de 1995, após o 3º Congresso Nacional do MST; logo depois do Massacre de Eldorado dos Carajás em 2 de maio de 1996; no dia seguinte a chegada da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, 18 de abril de 1997; em 8 de julho de 1999; e o último em 3 de julho de 2000 quando ocorreu a ameaça de ocupação da fazenda do presidente. No próximo capítulo veremos de forma detalhada como foi essa relação. (COMPARATO, 2000)

² Foi Ministro do Trabalho entre 8 de outubro de 1992 e 4 de abril de 1994.

4 - PERÍODO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994 com um grande apoio popular depois de ter sido responsável por chefiar a implementação do Plano Real durante o período em que foi Ministro da Fazenda, entre maio de 1993 a março de 1994.

Seu governo teve como principal característica o liberalismo econômico, que mudou as relações brasileiras entre Estado e mercado. Antes, com herança da Era Vargas, o Brasil mantinha-se com bases nacionais-desenvolvimentistas, após a chegada de Cardoso ao poder o neoliberalismo foi predominante.

Durante o governo de Cardoso houve um atenção especial a agricultura empresarial, por perceberem que tinha um potencial de competitividade muito alto. Mas é importante ressaltar que as medidas voltadas ao setor agrícola não foram suficientes para modificar uma das grandes máximas das elites que é a inviolabilidade da propriedade fundiária (SALLUM JR, 1999). Já no que tange os movimentos sociais sua relação foi de pouco diálogo.

Tendo como base o conceito de Accountability Societal de Peruzzotti e Smulovitz, que abarca grupos de pressão da sociedade civil, fora do cenário político-institucional, como ONGs, movimentos sociais e mídia, pode-se frisar a importância que esses atores têm dentro da democracia, preenchendo as lacunas deixadas pelos mecanismos institucionais, e durante o governo FHC a Accountability Societal teve pequena participação. O que ocorreu foi uma democracia participativa sem a inclusão de organizações sociais porta-vozes das preferências da população, no espaço público.

Nas políticas públicas, apoiado em sua grande aprovação popular, houve pouca - ou nenhuma - articulação direta com grupos de interesses ou organizações não partidárias. A estratégia de sua gestão foi se manter distante dos movimentos sociais organizados e se focar nas áreas institucionais e de influência. (SALLUM JR, 1999)

Contudo, em relação ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o cenário era diferente. O movimento, que à época possuía grande apoio popular

além da solidez em sua organização, manteve uma postura provocativa durante todo o período. Se apoiando em ações como ocupações de terras e manifestações em todo o país, forçaram a gestão a fazer modificações em suas políticas de reforma agrária e na forma como tratavam a questão fundiária, buscando novos caminhos.

A estratégia do governo no primeiro mandato era desacreditar na questão agrária e defender que a agricultura familiar era retrograda e fadada ao desaparecimento conforme o desenvolvimento do país avançasse, para eles esse setor não merecia investimentos, já que não teria mais futuro nesse novo Brasil moderno e capitalista. Até mesmo o PT, importante aliado do movimento, utilizava o tema como recurso político de oposição, dando pouca importância a causa.

Porém, o MST não deixou que esse discurso se consolidasse. Conforme pequenos agricultores perdiam suas terras, o movimento se fortalecia e as relações com o governo ficavam cada vez mais tensas. Logo no início do primeiro mandato, em 9 de agosto de 1995, ocorre o Massacre de Corumbiara, no qual nove Sem Terra são assassinados, dentre eles uma criança de setes anos, Vanessa dos Santos Silva. E em 17 de abril de 1996, dezenove Sem Terra são mortos no Pará, na cidade de Eldorado dos Carajás durante uma ação da polícia militar, que foi enviada para dispersar militantes que bloqueavam uma rodovia.

Esses episódios colocaram em foco a questão agrária e a violência policial em relação aos militantes, fazendo com que milhares de pessoas fossem à rua protestar contra o governo e seu aparato policial que em vez de proteger, matava a população.

Em um primeiro momento FHC procurou se manter distante do que havia acontecido, repetindo um discurso de punição dos culpados pelo massacre, mas depois percebeu que só esse discurso não seria o bastante para acalmar a situação, nem para prevenir que novos conflitos como esse acontecessem. Logo o governo anuncia a desvinculação do INCRA ao Ministério da Agricultura e a criação, em 1996, do Ministério Extraordinário da

Política Fundiária com Raul Jungmann³ como Ministro, com o intuito de demonstrar algum tipo de reação a tudo que estava acontecendo. Entretanto a política aplicada pelo novo ministro é de isolamento do movimento, como defende Stedile. (STEDILE, FERNANDES, 1999)

Também em 1996 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que demonstra um novo olhar aos pequenos agricultores e reconhecimento deles como atores políticos e sociais já que antes do início dos anos 1990 não havia nenhuma política específica para a agricultura familiar. O objetivo do programa é " promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. " (BRASIL, D. nº1.946/1996)

O programa é uma forma de financiamento de atividades dos agricultores familiares que é criado em um momento com pouca ou nenhuma opção de crédito, além de altos custos.

Todavia, problemas podem ser vistos como a concentração dos beneficiários do programa em regiões específicas; prioridade a propriedades consideradas eficientes as mais vulneráveis; foco nas terras com produção exportadora, como soja, deixando de lado os que produzem para o mercado interno. Ou seja, beneficiou os que já tinham condições mais favoráveis. (MIRANDA, GOMES, 2016)

Mesmo com algumas medidas tomadas pelo governo, com a intenção, em alguma medida, de atender as pautas do MST, eles não pararam. O número de acampamentos, ocupações e mobilizações apenas crescia. E junto com o crescimento das ações, crescia também a violência dos grandes fazendeiros.

No ano seguinte a criação do PRONAF, em 1997, acontece uma das maiores ações do MST nos anos 90: a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Uma forma de conseguir o apoio da opinião pública,

³ Foi Ministro Extraordinário de Política Fundiária de 30 de abril de 1996 a 25 de novembro de 1999.

exercer pressão no governo para que houvesse uma distribuição de terra de forma efetiva, além de ser uma resposta a tática de isolamento que estava sendo aplicada. A histórica marcha partiu de três cidades: São Paulo, Governador Valadares-MG e Rondonópolis-MT. (CHAVES, 2000)

A ideia da marcha era passar por diversos pontos do território brasileiro, seguindo em direção à Brasília. Cada um dos três grupos, com aproximadamente 1500 pessoas, percorreu mais de 1000 quilômetros durante dois meses, até chegar ao destino final, no dia que o Massacre de Eldorados dos Carajás completava um ano.

Os 1500 marchantes se multiplicaram, eles foram recebidos e apoiados não só pelos que simpatizavam com o movimento, sindicatos e estudantes, mas também por opositores ao governo, que viam a importância da reforma agrária como forma de luta contra o neoliberalismo. E as medidas do Estado que procuravam enfraquecer o movimento, só serviu para fazê-los enxergar que era possível. (CARTER, 2010)

O governo recebeu bem a Marcha, houve a percepção de que o MST tinha uma força crescente. Em sua campanha, Cardoso apresentou, também, como proposta assentar 280 mil famílias de Sem Terra. Em seu primeiro mandato, segundo dados apresentados pelo governo em informes anuais, 285.082 famílias foram assentadas em 4 anos. É importante entender que o que primeiramente pode parecer uma medida efetiva e de resposta as reivindicações, na verdade foi uma forma de desmobilização:

O paradoxo logo se explicou: a principal missão de Jungmann não era transformar o campesinato em uma importante força produtiva, mas minimizar a sua inquietação social assentando famílias sem-terra potencialmente agitadoras em regiões distantes, onde sua energia seria dissipada na luta cotidiana pela sobrevivência econômica. De acordo com Bruno Konder Comparato (2000, p.64), os assessores de Cardoso determinaram que o governo assentasse 280 mil famílias dentro de quatro anos e que isso enfraqueceria em muito não somente o MST como também todos os outros movimentos de sem-terra: "Os movimentos de sem-terra perderiam força, por um lado, ao perder militantes e, por outro, ao perder legitimidade entre o público geral, que viria a perceber que as demandas estavam sendo cumpridas". (RANFORD, 2010, pp.411)

A busca principal, em relação a questão agrária, era de adequá-la ao modelo neoliberal vigente, substituindo a desapropriação por empréstimos - que seriam pagos em 10 anos com juros - para que houvesse a compra da terra, com esse objetivo eles lançaram o programa Cédula da Terra (1997-2002), junto ao Banco Mundial, com o objetivo de reduzir a pobreza nas áreas rurais e elevar o lucro agrícola. (PEREIRA, 2012)

O PCT foi um meio encontrado pelo governo para modificar as formas de pressão que o MST possuía, fazendo com que os assentamentos não fossem mais um resultado "direto da mobilização social do conflito pela disputa de terras." (LIMA, 2012, PP. 61) O que demonstra a busca constante pela desmobilização dos movimentos sociais.

Em 25 de novembro 1999 ocorre a mudança do Ministério Extraordinário de Política Fundiária para Ministério do Desenvolvimento Agrário com o intuito de focar na reforma agrária e nas questões relativas a agricultura familiar e das populações quilombolas. A criação do MDA foi também uma forma de combate a violência que cresceu no meio rural, principalmente com o avanço de ações como as da UDR.

Avançando para o ano de 2000, o MST começou a mudar suas formas de ação, levando a luta que antes era restrita a áreas rurais, para dentro dos espaços urbanos com ocupações - com mais de 5000 Sem Terras - de prédios públicos em 14 capitais, de forma coordenada. Os governantes estaduais lidaram de forma negativa com o evento, como tradicionalmente ocorre no Brasil, quando há algum tipo de ação relacionada a patrimônio público urbano.

No estado do Paraná, 800 policiais foram instruídos a não deixarem que os militantes, divididos em 40 ônibus, chegassem até a capital, com isso, 50 pessoas ficaram feridas e um homem foi morto.

Cardoso reagiu a essa ação partindo para um ataque, culpando os ativistas pela morte que havia ocorrido, juntamente de um discurso de criminalização do movimento como violador da democracia. Junto a essas declarações, ele aprovou um "pacote anti-MST". Segundo Lima:

A criminalização das ocupações de terra também foi uma estratégia adotada pelo Governo FHC. A edição da Medida Provisória nº 2.027-38, de 4 de maio de 2000, nos termos do §6º do Artigo 4º 15 proibiu a vistoria em imóveis que fossem alvo de ocupação. Em 2001, o texto da Medida Provisória 2183-56 de 200116 vetava a desapropriação e as negociações em casos de ocupações a órgãos públicos. Funcionários do INCRA poderiam ser penalizados se negociassem com os ocupantes. Estes e as entidades apoiadoras também tinham direito ao acesso aos recursos públicos vetados. Além disso, o texto excluiu do programa de reforma agrária todas as pessoas identificadas como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público e privado e também quem for identificado como participante de invasão de prédio público (§7º do Art 4º) (MEDEIROS, 2002; SAUER, 2006; TRAJANO, 2010). (LIMA, 2012, pp. 62)

É nesse período, que a Polícia Federal passa a ter mais poder e começa a monitorar os movimentos sociais, aumentando o número de milícias de latifundiários e a violência do Estado contra os trabalhadores. Ademais dá-se início a investigações envolvendo as finanças do MST e a reestruturação do Lumiar⁴.

Fazendo uma análise geral, o que podemos perceber é que no governo como um todo houve um grande número de medidas voltadas a distribuição de terras - mesmo que nem sempre efetivas, mas poucas foram as políticas que buscassem dar assistências aqueles que já estavam assentados. No que tange o próprio MST, o governo se mostrou pouco flexível, procurando diminuir ao máximo os protestos e financiamentos das ações políticas dos Sem Terra.

Além disso, percebe-se também uma forte repressão por parte do Estado, principalmente ao final do segundo mandato após a aplicação do pacote anti-MST. Por conta de todos esses fatores, a eleição do Presidente Lula foi muito aclamada e recebida com muita esperança.

⁴ Projeto que presta orientação às famílias em relação a questões técnicas, visando o desenvolvimento dos assentados.

5- PERÍODO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Lula, como ficou conhecido, disputou as eleições por três vezes até conseguir se eleger em outubro de 2002, pelo Partido dos Trabalhadores. Em seus programas de governo a reforma agrária - uma das principais lutas dos Sem Terra - era sempre expressa como prioritária.

As relações entre o PT e o MST nem sempre foram harmoniosas. Por ser um partido com bases urbanas, muitos ativistas não viam o movimento como sendo um aliado forte, por considerarem que eles representavam apenas o campo brasileiro, espaço, que para os petistas - assim como defendia o governo FHC - estava desaparecendo com a forte mecanização agrícola.

Mesmo com suas discordâncias as duas organizações acabaram se envolvendo e desenvolvendo uma forte aliança. O MST não apoiou abertamente a campanha eleitoral de Lula, porém, muitos de seus ativistas participaram ativamente da eleição de 2002 junto ao PT. (BRANFORD, 2010)

Para entender melhor o período Lula, é interessante analisar um pouco do Partido dos Trabalhadores que reflete claramente na relação que o presidente manteve com os movimentos sociais, inicialmente uma posição de revolução, com promessas como assentar mais de 1 milhão de famílias; já na eleição precedente ao seu primeiro mandato começou a defender um discurso mais brando.

Indo ao encontro do que Krouwel apresenta em seus modelos partidários, pode-se caracterizar o PT como um partido de massas - em seus primórdios. Por conta de sua mobilização de um segmento específico da sociedade, como o caso dos metalúrgicos, que foram o apoio central no começo do partido, e de onde surge a liderança de Luis Inácio Lula da Silva em 1969.

Já relacionando ao que defende Panebianco, de que partidos possuem fases evolutivas, que não são imutáveis, nas quais estão presentes todos os dilemas organizativos, e com o PT não poderia ser diferente. O contraste existente entre o PT originário e o PT adaptado ao sistema e eleito, é claro. O Partido saiu de um modelo racional, com grande ênfase na ideologia como

incentivo coletivo, que buscava o predomínio sobre o ambiente e com pouca liberdade de manobra, para um modelo com características contrárias.

Em sua obra, Panebianco define os chamados “dilemas organizativos” que são “[...] exigências contraditórias que qualquer partido, como organização complexa, deve de uma maneira ou de outra, equilibrar.” (PANEBIANCO, PP. 11) Com a chegada do PT ao poder, utilizando os conceitos apresentados pelo autor, ocorre uma saída de um modelo puramente racional, na qual os objetivos são dirigidos independentes da organização partidária, tendo os dirigentes somente esse papel; para o modelo de sistema natural no qual os dirigentes tem um papel de mediador, tendo como fim equilibrar as demandas para que haja uma preservação da organização. (PANEBIANCO, PP. 11-17)

Ocorre claramente, também, uma mudança em outro dilema. O Partido, que antes tinha uma ideologia forte e inflexível, se torna mais brando e com menos fidelidade aos preceitos ideológicos iniciais. O que remete a teoria dos incentivos, do Panebianco, que servem para manter a estrutura de estratificação, no qual os incentivos coletivos se relacionam a manutenção da identidade do partido, isto é, ideologia; e os incentivos seletivos - fortalecidos no PT eleito - que são para uma pequena parcela da organização, se relacionam ao poder e manutenção do status. (PANEBIANCO, pp. 17-21)

Ou seja, a partir dessa rápida análise já é perceptível que a relação do Lula e PT com o MST antes e depois das eleições se diferem, assim como as expectativas do movimento em relação ao presidente.

Segundo a CPT, em 2003 " 124.634 famílias (...) participaram das ocupações de terras ou se mudaram para acampamentos à beira de estradas, o maior número até então. Ao mesmo tempo, aproximadamente meio milhão de pessoas participaram de demonstrações pela reforma agrária por todo o país. " (BRANFORD, 2010, pp. 418)

O crescente número de ocupações durante o primeiro mandato de Lula demonstra o otimismo que ele havia trazido para a área rural brasileira. Em 1 de janeiro de 2003, Luis Inácio Lula da Silva dá início ao seu primeiro mandato, recebido com muito otimismo e esperança pelos movimentos sociais, que viam

nesse presidente respostas a muitas de suas reivindicações negligenciadas pelo governo anterior, a grande expectativa era de revolução e rompimento com as medidas anteriores. Todavia, no que concerne a reforma agrária, o que ocorreu foi uma manutenção das políticas já existentes.

Indo além da questão de distribuição de terra, a gestão de Lula desenvolveu programas assistencialistas que beneficiaram a população rural, como em 9 de abril de 2003, ele dá início ao programa FOME ZERO, que tinha como objetivo oferecer o acesso a alimentação; aumento e geração de renda, articulação, mobilização e controle social, e também o fortalecimento da agricultura familiar.

foi uma das grandes vitórias no âmbito da produção e comercialização que os assentados tiveram no Governo Lula, pois o programa trouxe maior segurança nos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, pois agora os agricultores podem planejar suas atividades na perspectiva de maior previsibilidade, pois o programa ofertou-lhes a segurança de que seus produtos podem ser comercializados, gerando renda e minimizando possíveis desperdícios. Esses alimentos produzidos são adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas, o que exclui a presença de atravessadores, e são destinados à formação de estoques governamentais e vão para doação para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais. (PEREIRA, SIMONETTI, 2015)

Alguns meses depois, em 2 de julho de 2003, Lula recebe uma delegação do MST no Palácio do Planalto, levando a público a aproximação entre eles, o que gerou uma forte reação da oposição, chegando a momentos de ameaças a derrubada do governo.

A forma como a oposição lidou com esse encontro demonstra a forte aversão que havia ao MST. O fato acabou irrompendo na abertura da CPMI da Terra, que tinha como objetivo "realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores e de proprietários de terra e a identificação de caminhos para a solução dos problemas que envolvem o tema" (CPMI DA TERRA, 2003)

É, também, com a posse de Lula que tanto o MST, quanto a CPT e a CONTAG passam a ter influência suficiente para nomear cargos de segundo escalão dentro do INCRA e do MDA, colocando, por exemplo, o geógrafo

Marcelo Resende⁵ como presidente do Instituto. O que demonstra, novamente, essa aproximação entre o presidente e os movimentos agrários. Porém, assim como em governos anteriores, os ruralistas também tiveram seu espaço, indicando nomes para o Ministério da Agricultura, garantindo a manutenção de seus privilégios.

Como foi visto anteriormente, o MST foi crescendo exponencialmente, com ajuda da mídia - contra e a favor- o movimento se tornou um dos maiores do Brasil e da América Latina durante os anos 90 (CARTER, 2009). Sua força não podia ser ignorada, mas, ao mesmo tempo em que ganhava adeptos, também ganhava uma oposição ferrenha. E durante o governo Lula isso pode ser visto claramente, como por exemplo na abertura das CPMI da Terra, do Campo e a CPI das ONGs.

Em relação à população, pode-se ver com os dados fornecidos por pesquisas do IBOPE que em 1998 48% dos entrevistados defendiam que o MST usava a reforma agrária como pretexto para fazer política, já em 2009 em uma nova pesquisa, 53% dos entrevistados acreditavam que o MST prejudicava a luta por reforma agrária. Ou seja, há um crescimento da opinião pública negativa em relação ao movimento. (IBOPE, 1998, 2006)

Já em relação ao Congresso, bancada ruralista que entre 1987 e 1995 tinha não mais que vinte parlamentares, vinculados diretamente a UDR⁶, cresce para 117 em 1996, cai para 73 em 2003/2007 e volta a 116 deputados em 2007/2011. (VIGNA, 2001)

Os ruralistas possuíam um amplo apoio da mídia, um grande exemplo é a revista Veja. Em 15 de agosto de 1990 a revista publica sua primeira capa atacando o MST na qual há um Sem Terra com sua foice contra um exército de policiais armados com escudos, cassetetes e revolveres, foi só o início de uma perseguição e tentativa de desmoralização. Os ataques ao movimento

⁵ Comandou o Instituto da Terra no governo Itamar Franco.

⁶ União Democrática Ruralista, foi fundada em 1987 por Ronaldo Caiado. Encerrou suas atividades em 1993 após acusações de incentivar ações paramilitares contra os Sem-Terra e voltou a ativa no final de 1996. (VIGNA, 2001)

continuaram e se intensificaram ao longo dos anos e os ruralistas se aproveitaram disso.

Com o profundo apoio midiático, eles conseguem barrar a primeira desapropriação feita pelo governo Lula, outrossim organizam marchas em direção a acampamentos sem terra. Junto a tudo isso, e como consequência, houve um aumento do número de sem terras mortos por pistoleiros.

O governo então convida Plínio de Arruda Sampaio para fazer frente na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Ele montou uma equipe com mais de 50 pessoas, entre funcionários do INCRA e especialistas em questão agrária; além de envolver também os movimentos sindicais rurais.

Durante a elaboração do plano, Sampaio teve problemas dentro MDA em relação a questões ideológicas, muitos que estavam fazendo parte do processo mantinham o pensamento do governo anterior, de que a reforma agrária e o campesinato estavam fadado ao desaparecimento.

Mesmo com problemas internos, Sampaio conseguiu apresentar o II PNRA em outubro de 2003 para o ministro Miguel Rossetto, que o descartou inicialmente, por achar as metas estabelecidas inalcançáveis como, por exemplo, beneficiar um milhão famílias. As relações do governo com o MST ficaram estremecidas por conta dessa recusa ao plano de Sampaio.

Um mês depois, em novembro de 2003, durante o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, movimentos saíram as ruas e Lula discursou defendendo a reforma agrária, logo depois, anunciou uma nova versão menos ambiciosa do II PNRA. (BRANFORD, 2010)

O ministro Rossetto, apesar das críticas ao PNRA de Sampaio, buscou melhores condições para a agricultura familiar aumentando os recursos destinados ao PRONAF de 2,4 bilhões para 10 bilhões em 2006/2007. Em relação ao MST, Rossetto recebia muitas críticas, principalmente de Stédile, líder do movimento, que o acusava de manter o projeto de Cardoso em relação a reforma agrária de mercado. Entretanto, é importante perceber que o ministro não deu continuidade a planos com o Banco da Terra, substituindo-o pelo Crédito Fundiário. (BRANFORD, 2010)

Porém, mesmo os objetivos menores determinados pelo Ministério não foram alcançados durante o primeiro mandato de Lula, por conta da falta de recursos, menos de 380 mil famílias foram assentadas.

Após esse primeiro ano de gestão, passado o esplendor do otimismo inicial, os movimentos sociais passam a perceber a vagareza com que o governo estava tratando assuntos como a reforma agrária. Em abril de 2004 começa a Jornada de Luta do MST, batizada pela mídia de "Abril vermelho", na qual 140 ocupações ocorrem em todo o país, buscando direitos para os sem terra, trabalhadores rurais; medidas contra o desemprego e mudanças nas políticas econômicas. Lula responde as manifestações defendendo que a reforma agrária em seu governo seria segundo a legislação vigente e de forma harmoniosa. (ROMÃO, 2005)

Ainda no ano de 2004, mais precisamente no dia 20 de novembro, ocorre outro momento trágico da trajetória de luta do MST: o Massacre de Felisburgo. Os assassinatos ocorreram na fazenda Nova Alegria, acampamento Terra Prometida. A fazenda fica situada no Vale do Jequitinhonha, conhecido por ser um local de extrema miséria. Jagunços, armados, fuzilaram cinco sem terras e feriram outros 20, além de queimarem a escola do acampamento, e várias barracas.

Com os baixos investimentos na Reforma Agrária, o MST se mobiliza e ganha visibilidade com a Marcha Nacional pela Reforma agrária, em maio de 2005. É nesse momento que Lula aceita o compromisso de assentar 430 mil famílias até o final do ano, mas consegue apenas pouco mais de 127 mil.

A criação da lei que define a Agricultura Familiar em 2006, também foi um passo importante para os sem terra, com ela há uma delimitação do conceito, facilitando estudos, pesquisas e análises na área.

Já em 2009 o governo implantou o Programa Nacional de Alimentação escolar, que

determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais

indígenas e comunidades quilombolas; (DE SOUZA ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013 pp.566)

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, PNATER, foi uma forma que o governo encontrou de fazer transformações com o objetivo de incluir várias populações agrárias antes excluídas, buscando uma mudança no trabalho dos profissionais de Ater⁷ e nos modelos que estes seguiam.

Nesse novo modelo, há um direcionamento para o desenvolvimento sustentável e inserção de elementos que antes não eram levados em conta como gênero e etnia. Essa política, visa principalmente os assentados:

Em termos práticos, a PNATER, resgata a responsabilidade do Estado pela manutenção dos serviços de Ater, de forma pública e gratuita para os beneficiários. Neste sentido, por meio da PNATER o Estado volta a reconhecer a Ater como sendo um processo educativo, informativo, comunicacional e de apoio à formação e organização dos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. Também por meio da PNATER busca-se realizar uma transição do modelo tradicional de atividade de Ater, apontado pela literatura como difusionista produtivista (LISITA, 2005), para um modelo de agricultura de base ecológica com enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis e compatíveis com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente. (DA SILVA, SOUZA, MAIA, SILVA, MELO, 2016)

Analisando os dados apresentados pela CPT, conclui-se que o ano de 2010, último do período Lula, foi o pior em atenção a área rural. "Em 2010, houve a redução de 44% do número de famílias assentadas, com relação a 2009, além da redução de 72% no número de hectares destinados à reforma agrária. Um fator importante para a queda nos números foi a ineficiência do INCRA devido, principalmente, ao seu orçamento ter sido reduzido em quase a metade em relação a 2009." (DE SOUZA ESQUERDO; BARGAMASCO, 2013) Esses dados demonstram que a forma com o governo petista modificou suas prioridades ao longo do tempo, colocando para segundo plano a questão agrária.

⁷ Assistência Técnica e Extensão Rural

Ao fim do governo Lula o otimismo inicial que tomou conta do Brasil e do MST acaba de esvaindo. A análise do período é complexa, ao mesmo tempo em que os sem terra faziam oposição a muitas medidas do governo e lutavam por maior atenção a sua causa, havia também um apoio a gestão que diferente de Cardoso não havia criminalizado o movimento, muito menos os perseguido. Mesmo com o balanço, ao fim do governo, não tão favorável como se esperava há, ainda, uma relação próxima entre o Lula e o MST.

6 - CONCLUSÃO

Ao analisarmos os fatos históricos e políticas públicas que permearam ambos os governos em questão, o que se pode afirmar com veemência é que nunca antes na história brasileira foi dada tanta atenção a questão agrária, foi nesse período que houve a maior criação de assentamentos e políticas voltadas a assistência da areal rural.

No que tange o MST, pode-se perceber que a luta deles se intensificou durante o período de Cardoso. No primeiro mandato a estratégia empregada foi de ampliar a política de assentamentos, assentando o máximo possível de famílias em diferentes locais do Brasil, com isso, a ideia era conseguir enfraquecer o movimento, desmobilizando-o e exaurindo a questão agrária.

É nesse período também que ocorrem duas das grandes tragédias da história dos Sem Terra: Massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Não se pode negligenciar a importância desses acontecimentos para a forma que o governo começou a tratar o movimento, com o crescente apoio da população, eles se viram em um situação em que não poderiam ignorar o que estava acontecendo. Dessa forma, podemos dizer que o apoio da população após esses Massacres foram cruciais para que os sem terra fossem ouvidos.

O governo então seguiu a linha de buscar a todo custo assentar o máximo de famílias possíveis para que o debate sobre a questão agrária se exaurisse. Um grande problema dos assentamentos feitos nesse período, foi que os pedaços de terra eram assentados, porém sem dar condições para essas famílias se estabelecerem, o que acabou fazendo com que a gestão FHC fracasse nesse sentido.

A tentativa com o grande número de assentamentos, de desmobilizar o movimento não foi bem sucedida e o campo continuou a cobrar por soluções. É nesse momento que ocorre a tentativa do MST de sair das ações apenas nas áreas rurais para a urbana, e o governo acaba adotando uma estratégia diferente para tratar o MST em seu segundo mandato.

Após o incidente das ocupações de prédios públicos, uma parte da população começou a se voltar contra o MST e entre 1998 e 2002 FHC passou

a ter uma postura agressiva, criminalizando as ações do movimento e criando barreiras para o assentamento das famílias e da desapropriação de terras ocupadas.

O resultado então é um governo com poucas expectativas de ganhos para os sem terra, e essa desesperança fez com que eles vissem na candidatura de Lula uma luz para seus problemas.

No que tange o período Lula, o que pode ser visto é uma continuação das políticas de financiamento do governo anterior com algumas modificações e melhorias voltadas a inclusão social, como por exemplo as políticas de Combate a Pobreza Rural, linhas de financiamento para jovens agricultores e o programa Terra Negra que buscava financiar a compra de terras para negros fora das comunidades quilombolas. Ademais, o governo também buscou programas de assistência social que conseguissem atingir diretamente o campo, como foi o caso do Fome Zero e Bolsa família.

Quanto ao tratamento com o MST é bem claro a mudança de postura de um governo para o outro, enquanto o FHC buscou criminalizar e combater o movimento, Lula teve uma atitude mais diplomática e de aproximação, promovendo maior diálogo entre o campo e o Estado, não sendo aplicada a postura ofensiva que foi tomada pelo governo anterior e enquadrando as ações do movimento como parte integrante da democracia. Isso pode ser visto na forma como o movimento opunha-se ao governo, segundo Caguaceda e Brancaleone "Lo más curioso es que el MST siempre hace su crítica al gobierno preservando la imagen de Lula, como si el gobierno y el presidente fueran cosas distintas y separadas, o más bien, como si el Ejecutivo fuese engañado o chantajeado por la "mala banda" que compone su gobierno." (CHAGUACEDA, BRANCALEONE, 2010, pp. 272)

Ou seja, com o fim da perseguição do movimento ocorreu, como consequência, o apoio dos movimentos agrários ao governo, permitindo a "estabilização entre a reforma agrária constitucional e os programas neoliberais de financiamento de compra de terras propostos pelo Banco Mundial." (TRAJANO, 2010)

O que podemos concluir com tudo isso é que apesar das grandes esperanças depositadas no que seria o primeiro governo de esquerda no Brasil, os resultados reais foram mais uma ampliação e continuação de medidas já tomadas pelo governo neoliberal anterior, principalmente por conta das alianças feitas pelo partido para conseguir chegar ao poder, se juntando áreas conservadoras da política.

Outro ponto que acabou sendo um problema para que os sem terra conseguissem melhores respostas as suas reivindicações foi o aumento da insatisfação da população com o MST, construída principalmente pela mídia, fazendo com que apoiá-lo abertamente se tornasse arriscado para a popularidade de Lula, que acabou por ter, em alguns momentos, cautela para tratar o movimento.

Por fim, fica nítido que a questão agrária foi muito - porém não tanto quanto deveria - discutida em ambos os períodos, nem sempre com as soluções ideais, mas colocando-os em foco. E as mudanças têm que continuar, a concentração de terra no Brasil e os grandes latifúndios ainda continuam sendo a maioria e apenas com muita luta e resistência isso poderá ser modificado de uma vez por todas, fazendo com que o desenvolvimento e o progresso chegue a todas as camadas da população. E é evidente que apenas distribuir a terra não é a solução, é necessário que se dê condições para que o povo permaneça e se estabeleça.

BIBLIOGRAFIA

BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BRASIL, Presidente, 1995- (F. H. Cardoso) Mensagem ao Congresso Nacional, abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. - Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

_____. 1995- (F.H. Cardoso). Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. — Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1996.

_____.(1995 - : F.H. Cardoso) Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. — Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997

_____. (1995 - : F.H. Cardoso) Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. - Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1998

_____. (1995 - : F. H. Cardoso) Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. - Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo, 1999.

_____. (1995 - : F. H. Cardoso) Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. - Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo, 2000.

BRUNO, Regina. Nova Republica: a violência patronal rural como prática de classe. In Revista Sociologias ano 5. Porto Alegre, 2003, p 383-410. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf>>

CAMARGO, Aspásia. "História das Ligas Camponesas". Memorial das Ligas Camponesas. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>

CAMUS, Leandro Vergara. " The experience of the landless workers movement and the Lula government" in: InterThesis, Revista Internacional Interdisciplinar. PPGICH. UFSC. 2005 Disponível em <[file:///C:/Users/windows/Downloads/696-34300-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/windows/Downloads/696-34300-1-PB%20(1).pdf)>

CHAGUACEDA, Armando; **BRANCALEONE**, Cassio. "El movimiento de los trabajadores rurales sin tierra (mst) hoy: desafíos de la izquierda social brasileña" En: *Argumentos*, Año 23, Nº 62, México, enero-abril de 2010.

CHAVES, Christine de Alencar A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social/Christine de Alencar Chaves. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000 .

COMPARATO, Bruno Konder. "A ação política do MST". *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.4, pp.105-118. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400012>. >

CPT (2011) 2010 foi o pior ano para a reforma agrária. *Jornal da CPT Comissão Pastoral da Terra*, janeiro 2011. www.mst.org.br/2010-foi-o-pior-ano-para-a-Reforma--Agraria-afirma-CPT.

DA SILVA, Jeneilson Alves; **SOUZA**, Nadja Gláucia de Melo; **MAIA**, Josemir Moura; **SILVA**, Jairo Bezerra; **DE MELO**, Alberto Soares. " Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no semiárido brasileiro" *3ISSN 1983-4209 – Volume 12 – Número 03 – 2016 Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/3213-9962-1-PB.pdf>*

DE SOUZA ESQUERDO, Vanilde F.; P. P. **BERGAMASCO**, Sonia M. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas *Interciencia*, vol. 38, núm. 8, agosto, 2013, pp. 563-569 *Asociación Interciencia Caracas, Venezuela Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33928557003>*

FAORO, R. Os donos do Poder. Porto Alegre: Globo, 1975

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Formação e territorialização do MST no Brasil" In: *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. < http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/10/CARTER-CombatendoDesigualdade_livro.pdf>*

IBOPE, Inteligência. População conhece o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e o associa à reforma agrária. 2009 Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/populacao-conhece-o-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-e-o-associa-a-reforma-agraria/>>

_____. Reforma Agrária conta com simpatia dos brasileiros. 1998. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/reforma-agraria-conta-com-a-simpatia-dos-brasileiros/>>

KROUWEL, André. "Party models". In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. *Handbook of party politics*. London: SAGE Publications, 2006, p. 249-269.

LIMA, Mayrá Silva. "Tensões e conflitos em torno da luta pela terra. Estudo das comissões parlamentares de inquérito no Brasil"

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo soc.* [online]. 1999, vol.11, n.2 [cited 2017-05-24], pp.97-128. Available from:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200007&lng=en&nrm=iso>.

MEDEIROS, Arthur. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE LUTA. Disponível em: < <http://www.revistadireito.ufc.br/index.php/revdir/article/viewFile/70/251>>

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; **GOMES**, Bruno Martins Augusto. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS NO VALE DO RIBEIRA, BRASIL. **Soc. nat.**, Uberlândia , v. 28, n. 3, p. 397-408, Dec. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132016000300397&lng=en&nrm=iso>

MORISSAWA, Mitsue. 2008. A historia da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular. Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=4973>>

OLIVEIRA, A. U.. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. Revista USP, São Paulo, v. 64, p. 156-172, 2005. Disponível em :< <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13398/15216>>

PANEBIANCO, Angelo. "Os dilemas organizativos". Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982], p.3-39

PEREIRA, Thaylize Goes. **SIMONETTI**, Mirian Claudia Lourenção. "AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA E A LUTA PELA CONQUISTA E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA EM PROMISSÃO/SP." 2015 Disponível em: < <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao1c/politicas-reforma-agraria-governo-lula.pdf>>

PERUZZOTTI, Enrique; **SMULOVITZ**, Catalina. Accountability Social: la outra cara del control. In: PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. *Controlando la Política: Ciudadanos y Medio em las Nuevas Democracias Latinoamericanas*. Buenos Aires: Editorial Temas, 2002

PINTO, Lucas Henrique. " La influencia de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) en la formación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): breve análisis teórico-documental del papel de la religión en los conflictos sociales en Brasil (1954-1984)" Revista de Estudios Sociales. Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. Janeiro-Março de 2015 Páginas: 76-88 <<https://res.uniandes.edu.co/view.php/963/index.php?id=963>>

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. "O grito que faz nascer a manhã (ou o amanhã)" Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v5n1/12.pdf>>

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 23-47, Oct.

1999 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200003&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Leonardo Soares. AS LIGAS CAMPONESAS DO PCB: A TRANSFORMAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA EM AÇÃO POLÍTICA (1928-1947)
<<http://rodin.uca.es/xmlui/bitstream/handle/10498/9406/31773436.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

SARTORI, Giovanni. “Competição espacial”. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. UnB, 1982 [1976], p. 354-374.

STEDILE, João Pedro; **FERNANDES**, Bernardo Mançano. Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Brava%20Gente%20-%20A%20trajet%C3%B3ria%20do%20MST%20e%20a%20luta%20pela%20terra%20no%20Brasil%20-%20Jo%C3%A3o%20Pedro%20Stedile%20e%20Bernardo%20Man%C3%A7ano%20Fernandes%20-%20Editora%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Perseu%20Abramo%20-%202005.pdf>>

TRAJANO, Janaína. A reforma agrária nos governos FHC e Lula. In II Seminário Nacional de Sociologia e Política. Anais do Evento 2010 Volume 6, 2010.

VELOSO, Fernando A.; **VILLELA**, André; **GIAMBIAGI**, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro , v. 62, n. 2, p. 221-246, June 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 17 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>.

VIGNA, Edécio. Bancada Ruralista, um grupo de interesse. Arq., Brasília, nº8, p.01-52, dez/2001.

WOLINETZ, Steven. “Party systems and party system types”. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. Handbook of Party Politics. London: SAGE Publications, 2006, p. 51-62.